

A PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO UM INSTRUMENTO DE MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS - OS CONSELHOS DA REGIÃO RIO DOCE (LINHARES, RIO BANANAL E SOORETAMA)

Keuria Durelo Diniz Simora (keuriadiniz@hotmail.com)

Aluna de graduação do curso de Administração da FAACZ.

Gilton Luis Ferreira (gilton87@hotmail.com)

Doutor em História Urbana, professor FAACZ/UFES.

RESUMO

O intuito desta pesquisa resulta em avaliar o processo de participação popular no planejamento das cidades da Microrregião Rio Doce/ES por meio da atuação dos Conselhos Municipais do Plano Diretor (CMPD), ou órgão similar, dessas cidades, avaliando indicativos qualitativos, quantitativos e efetivos por meio de documentos e as atas de reuniões ordinárias. Além desse aspecto o presente estudo pretende desenvolver ações coordenadas de ensino e extensão da FAACZ.

PALAVRAS-CHAVE: Plano Diretor Municipal, Conselho do Plano Diretor Municipal, Monitoramento.

1 – INTRODUÇÃO

Em continuação as pesquisas anteriores a respeito dos Planos Diretores Municipais do Espírito Santo, agora sob o viés da participação popular na elaboração do plano, pretende-se avaliar a participação, conhecimento e monitoramento da população como um todo frente às questões que tangem o desenvolvimento e construção das cidades, tal análise vem sendo atribuída nesta pesquisa, como as possibilidades de participação e capacitação da população em conselhos municipais, bem como a seguridade de outras formas de participação explícitas nas respectivas legislações de PDM como forma de assegurar da função social da cidade na garantia do interesse coletivo.

O início desta nova fase da pesquisa será direcionado à divisão dos trabalhos de levantamento de informações e o tratamento dos dados tendo como referência a divisão das microrregiões de planejamento do Espírito Santo, conforme Lei Estadual nº 9.768 de 26 de dezembro de 2011. Partindo do princípio que a FAACZ está localizada na Microrregião Rio Doce e o município de Aracruz exerce grande influência sobre ela nossos estudos terão os municípios de Sooretama, Rio Bananal, Linhares, João Neiva, Ibraçu e Aracruz como recorte espacial, em específico esse trabalho trata-se sobre os municípios de Linhares Rio Bananal e Sooretama.

2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA OU REFERENCIAL TEÓRICO

O PDM é elaborado com base nas diretrizes estabelecidas no artigo 40º do Estatuto das Cidades sendo regulamentado pelo artigo 182º da Constituição Federal. Ao colocar a gestão democrática como instrumento para se alcançar o “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade”, o Estatuto da Cidade estabelece que a participação da sociedade é condição para a garantia do direito à cidade, SANTOS JUNIOR E MONTANDON (2011).

Segundo Rolnik (2005), o Plano Diretor deve ser elaborado e implementado com a participação efetiva de todos os cidadãos. O processo deve ser conduzido pelo poder Executivo, juntamente com os representantes no poder Legislativo e com a sociedade civil formando uma equipe multidisciplinar que, de acordo com Rezende e Ultramani (2007), é “uma parte fundamental para o sucesso metodológico do projeto coletivo e participativo”.

É sabido, no entanto, que os municípios apresentam muitas dificuldades para implementar seus Planos Diretores. A maioria não apresenta uma estrutura administrativa adequada para o exercício do planejamento urbano, no que se refere aos recursos técnicos, humanos, tecnológicos e materiais, sem contar ainda a baixa difusão dos conselhos de participação e controle sociais voltados para uma cultura participativa de construção e implantação da política de desenvolvimento urbano. (SANTOS JUNIOR E MONTANDON, 2011)

3 – METODOLOGIA DO TRABALHO OU DESENVOLVIMENTO

A pesquisa enfatiza a análise quantitativa e qualitativa do processo de participação popular que efetive o planejamento de políticas urbanas. A metodologia adotada é uma pesquisa de estudo descritiva para obtenção de dados que visam identificar as características, perfil e estrutura que serão transformados em informações para um estudo continuado da efetivação do planejamento de políticas urbanas.

Para atingir o objetivo foram realizadas as seguintes tarefas: a) Elaboração de planilhas referente a estrutura dos conselhos municipais - microrregião Rio Doce; b) Elaboração de planilha eletrônica como meio de sintetizar as atribuições dos conselhos municipais de forma a evidenciar as atribuições comuns entre os mesmos. c) Telefonemas para gestores municipais a fim de obter dados quanto à atuação e regularidade dos respectivos conselhos de PDM d) Elaboração de questionários destinados às gestões que não possuem conselho em atividade da Microrregião (Rio Bananal e Sooretama); e) Elaboração de questionário destinado aos conselheiros municipais em atividade de Aracruz e Linhares f) Visita à reunião do conselho de PDM de Aracruz para a aplicação dos questionários; g) Elaboração de planilha com a síntese das informações obtidas pelos questionários.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS

Dos seis municípios que compõem a Microrregião Rio Doce (Aracruz, Linhares, Rio Bananal, Sooretama, João Neiva e Ibraçu), os dois últimos são os únicos que não possuem plano diretor, pela condição de não possuírem população maior que 20mil habitantes, nem outros atributos obrigam a formulação desta legislação. Rio Bananal e Sooretama apresentam características de municípios de menor população, comparados com Aracruz e Linhares.

Para entender as possibilidades de participação e capacitação da população em conselhos municipais, foi elaborado um questionário específico para obter os dados necessários à avaliação.

A princípio a aplicação dos questionários seria realizada nos municípios da região do Rio Doce que possuem PDM (Aracruz, Linhares, Sooretama e Rio Bananal), para tanto, estruturou-se o questionário de forma a obter-se o perfil dos conselheiros, atuação, conhecimentos específicos, capacitação e integração.

Como a unidade pesquisadora (FAACZ) encontra-se localizada no município de Aracruz optou-se por começar a experiência pela referida cidade e, por conseguinte aplicar a mesma estrutura nas outras cidades citadas acima.

Em posse das informações necessárias aplicou-se no dia 13 de março de 2019 aos 12 conselheiros presentes, o questionário em questão, em participação na reunião com Conselho municipal e obteve-se como resultado os seguintes dados:

PERFIL: (a) **Gênero:** predomina-se o sexo masculino com 75% dos conselheiros. (b) **Faixa etária:** 58% dos conselheiros têm mais de 50 anos e 34% possuem de 30 a 40 anos de idade. (c) **Tempo em que residem no município:** no somatório cerca de 70% dos conselheiros residem em Aracruz há mais de 10 anos. Desses, 34% residem há mais de 30 anos. (d) **Grau de instrução dos conselheiros:** 92% possui ensino superior completo. Desses, 33% cursou pós-graduação e 8% mestrado. (e) **Religião:** 83% dos conselheiros são adeptos de alguma religião, predominantemente cristã, em pergunta aberta. (f) **Cor/Raça:** 67% dos conselheiros se declaram

Branco, 25% se consideram pardos e apenas 8% não declarados. **(g) Vínculo profissional:** 58% dos conselheiros atuam somente no setor público; 17% como autônomo e no setor público; 17% empresa privada, e autônomo são 8%. **(h) Empresa de atuação:** 75% trabalham na prefeitura municipal. **(i) Renda mensal:** 50% ganham de 2 a 4 salários mínimos e 33% ganham de 4 a 10 salários mínimos.

ATUAÇÃO NO CONSELHO DO PDM: **(a) Representatividade:** 75% dos conselheiros representam o governo e 25% representa a sociedade civil. **(b) tempo de atuação como conselheiro:** 17% dos conselheiros tem de 1 à 2 anos de atuação, de 2 à 3 anos 33%, de 3 à 4 anos 17% e outros 33% mais de 4 anos de atuação no CPDM. **(c) Participação nas reuniões do conselho:** 67% dos conselheiros participa de 6 à 12 reuniões do CPDM por ano e 33% mais de 12 vezes. **(d) Reuniões da entidade representante:** 25% realizam até três reuniões por ano, 25% realizam de 6 a 12, outros 25% mais de 12, 17% nenhuma reunião e 8% não responderam. **(e) Participação na elaboração e revisão do PDM:** 58% dos conselheiros assinalaram que participaram da elaboração e a mesma porcentagem, não de todos os mesmos, participaram da revisão. E todos os conselheiros afirmaram não participar da elaboração do PPA e Orçamento Anual. **(f)** Todos os conselheiros têm como atividade, deliberar sobre aspectos dos processos que chegam ao CPDM. 83% difundir informações junto à instituição que representa e/ou à sociedade civil, 67% compatibiliza ações do PDM com outros planos municipais e debate as diretrizes para as áreas públicas municipais, 50% formula leis e decretos necessários à atualização e complementação do PDM, 42% participa da Comissão Técnica de assuntos específicos a serem discutidos no CPDM e regulamentam dispositivos previstos no PDM, 33% fiscaliza a implementação, prazos, recursos previstos no PDM, 17% compatibiliza ações do PDM com planos estaduais que mantenham interação com município e apenas 1% compatibiliza as diretrizes do PDM com execução orçamentária, anual e plurianual.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: **(a) Nível de conhecimento dos conselheiros a respeito do Estatuto da Cidade:** 50% dos conselheiros acreditam que o conhecimento que têm sobre o ele é regular, 33% considera bom e 17% ruim. **(b) Nível de conhecimento dos conselheiros a respeito do PDM da sua cidade:** 92% consideram bons e 8% regular. **(c) Instrumentos:** Estudo de Impacto de Vizinhança é o único instrumento que 100% dos conselheiros conhecem; Instituição de Zonas Especiais 83%; Desapropriação 58%; Usucapião 42%; Concessão de uso especial para fins de moradia, Direito de Superfície, Outorga onerosa, Parcelamento edificação e transferência do direito de construir 33% respectivamente e Operações urbanas 25%.

CAPACITAÇÃO: **(a) Capacitação:** 58% dos conselheiros não participaram de nenhum tipo de capacitação. 33% já participaram de algum tipo de capacitação. Desses 33% apenas 8% participaram de mais de 5 vezes. Apenas 33% conhece o Programa Nacional de Capacitação do Ministério das Cidades. Apenas 25% dos conselheiros já participaram de alguma capacitação realizada pelo Programa. **(b) Realização de cursos de capacitação:** 75% dos conselheiros acha muito relevante a realização de cursos de capacitação para os conselheiros do PDM e os outros 25% considera relevante. **(c) Realização de um seminário anual para conselheiros:** 67% consideram muito relevante participar e 33% considera relevante. **(d) Tema considerado mais relevante pelos conselheiros:** PDM e sua gestão com 36%, o segundo tema mais relevante, foi Estatuto da Cidade com 25%. Poucos conselheiros possuem capacitação na área e muitos deles têm interesse em receber uma capacitação.

INTEGRAÇÃO: **(a) Nível de integração:** 92% dos conselheiros não conhece nenhum conselheiro de outro município. Para 42% dos conselheiros, o CPDM já realizou alguma integração com conselhos de outra cidade. **(b) Motivos da integração:** Para os conselheiros que já realizaram integração foram, 38% audiência pública conjunta, 25% processo de licenciamento, 13% para capacitação, 13% reunião para tratar de temas comuns e 13% outros. **(c) Interesse em integração:** 58% afirmam que têm interesse em integrar uma rede de conselheiros e pesquisadores, 33% tem muito interesse e apenas 8% afirma ter pouco interesse. Isso demonstra que a integração entre os CPDM pode ser possível de fato, devido ao interesse dos conselheiros.

5 – CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O questionário em questão foi elaborado para todas as regiões envolvidas nessa pesquisa, sem a necessidade de alterações, com o município de Aracruz obteve-se um ótimo retorno. Em contato com as prefeituras de Rio Bananal e Sooretama, constatou-se que os conselhos das respectivas cidades não se encontram em funcionamento, o que limitou a pesquisa impossibilitando uma comparação entre os CMPDM da região. Já com o município de Linhares, o contato foi estabelecido e o questionário foi enviado por e-mail e por mensagem via *WhatsApp*, porém não houve o retorno necessário de todos os conselheiros para efeito de análise, somente dois membros responderam até a presente data desta pesquisa.

Elaborou-se outro questionário a fim de descobrir qual o motivo do não funcionamento, através de contatos por telefone agendamento de entrevistas, porém não houve retorno.

Entretanto, esta pesquisa foi apresentada ao Instituto Jones dos Santos Neves (ISJN) e o questionário está em posse do Instituto para que possa ser enviado para todos os CMPDM do estado do Espírito Santo. Portanto, em uma pesquisa continuada poderá determinar a efetividade de todos os CMPDM do estado.

6 – AGRADECIMENTOS

Agradecemos à FSJB e ao CNPq pelo apoio financeiro na forma de bolsa de IC.

7 – REFERÊNCIAS

1. BRASIL. ESTATUTO DA CIDADE (2001). Estatuto da cidade: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana.
2. IJSN - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Leis Urbanísticas dos municípios do Espírito Santo. Vitória - ES, 2014.
3. SANTOS JUNIOR, O. A.; MONTANDON D. T. Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas. Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.
4. REZENDE, D. A.; ULTRAMARI, C. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. Rio de Janeiro: RAP, 2007.
5. ROLNIK, PINHEIRO, Raquel, Otilie. Plano Diretor participativo: Guia para elaboração pelos Municípios e cidadãos. Brasília. Ministério das Cidades: Confea, 2005.